

JORNAL DO SERVIDOR

DA
REDAÇÃO

Divulgação/Sitsesp



Assembleia Extraordinária foi realizada em 16 de maio

Servidores da Fundação CASA aprovam proposta salarial

Servidores da Fundação CASA aprovaram a proposta da Campanha Salarial 2026 apresentada pela direção da instituição em assembleia geral realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, ao Adolescente e à Família do Estado de São Paulo (SITSESP). O acordo prevê reajuste salarial de 3,54%, índice baseado no IPC-Fipe acumulado entre março de 2025 e fevereiro de 2026, com pagamento retroativo a março. O percentual também será aplicado a benefícios como vale-alimentação, vale-refeição e auxílio-creche. Outros pontos da pauta, incluindo reivindicações ligadas ao PCCS e ao dissídio coletivo, seguem em negociação.

Encerrada a greve em Florianópolis

O Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis informou que a greve, que durou 23 dias, será encerrada após a categoria ter aceitado a proposta da prefeitura. A categoria pedia melhores condições de trabalho e pontuava que o governo não atendeu à pauta de reivindicações durante as negociações. De acordo com a Prefeitura, as mais de 200 demissões serão mantidas e a proposta será homologada.

Júlio Minasi/Universidade de Brasília



Sede do Ministério Público da União, em Brasília

Aprovação da Convenção 151 da OIT

A Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) intensificou a articulação política na Câmara pela aprovação do PL 1893/2026, que regulamenta a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no serviço público. A entidade representa servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público. A proposta prevê regras para negociação coletiva e representação sindical de servidores públicos das três esferas, além de licença remunerada para mandato classista e mediação de conflitos trabalhistas.

“Uma bomba contra os servidores”

O Sindicato União dos Servidores do Poder Judiciário de SP criticou a Portaria nº 10.809/2026 do TJ-SP, publicada no Diário Oficial na sexta-(15) e classificou a medida como “uma bomba contra o servidor”. A norma prevê perda de até 10 dias de férias em casos de faltas, mesmo justificadas, o que o SindUni considera “punição adicional aos servidores do Judiciário paulista”. A entidade vai cobrar revisão da medida.

Concurso no DF I

A Secretaria de Desenvolvimento Social do DF (Sedes-DF) publicou edital com 1.197 vagas imediatas e 3.591 para cadastro reserva. As oportunidades são para cargos de níveis médio e superior nas áreas de assistência e desenvolvimento social, com salários iniciais entre R\$ 4,3 mil e R\$ 6 mil. As inscrições serão abertas em junho.

Concurso no DF II

As vagas serão distribuídas entre a Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria da Mulher e Secretaria de Justiça e Cidadania. O concurso terá provas objetiva e discursiva em setembro, organizadas pelo Instituto Quadrix. As taxas de inscrição variam de R\$ 84 a R\$ 113, conforme o cargo escolhido pelos candidatos.

Reajuste do teto

Entidades de juízes pediram para o Supremo Tribunal Federal (STF) enviar ao Congresso um projeto que prevê fazer um reajuste do teto do funcionalismo público, que é de R\$ 43,6 mil. De acordo com a Associação dos Juizes Federais do Brasil, a correção pelo IPCA elevaria o valor para cerca de R\$ 71,5 mil.

Regra consignado

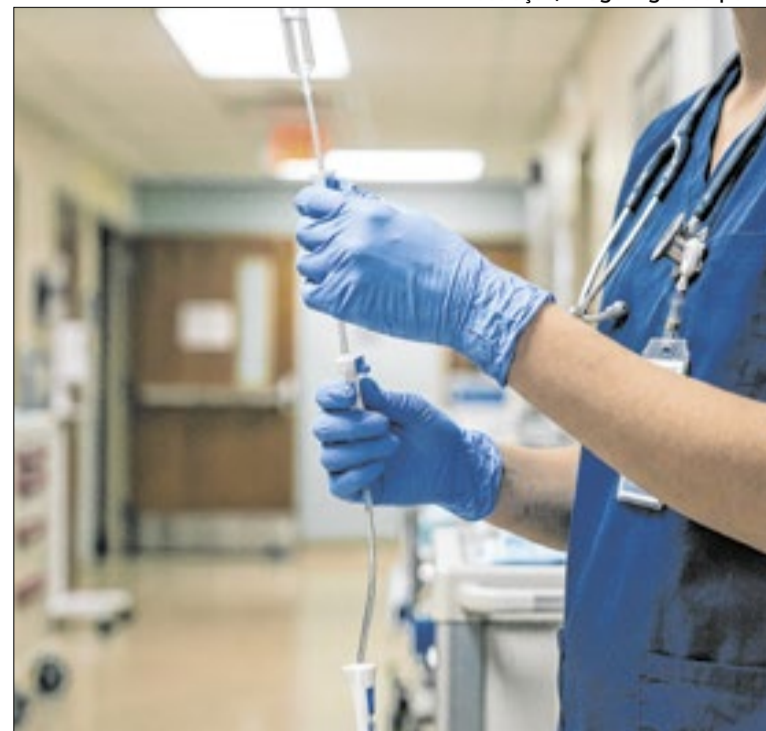
O empréstimo consignado para servidores federais passará a ter novas regras a partir desta semana. As mudanças incluem autorização prévia para novos contratos, redução gradual da margem consignável e ampliação do prazo de pagamento para até 120 parcelas. O governo afirma que as medidas ampliam a segurança.

Piso Professores I

O Congresso Nacional tem até o dia 1º de junho para votar a Medida Provisória nº 1334/2026, que altera as regras de reajuste do piso salarial nacional dos professores da educação básica pública. A medida, que tem força de lei por até 120 dias, mudou a fórmula de atualização do piso, considerando inflação e receitas do Fundeb.

Piso Professores II

Pela proposta, o reajuste anual do piso do magistério passa a levar em conta o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e a variação das receitas do Fundeb. Caso a Medida Provisória 1334/2026 não for aprovada pela Câmara e pelo Senado dentro do prazo, o texto perde a validade.



Mudanças podem impactar 3 milhões de profissionais no país

Enfermagem pressiona Senado por jornada menor

PEC em tramitação também prevê reajuste anual do piso salarial

Da Redação

Profissionais da enfermagem intensificaram a mobilização pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 19/2024, em tramitação no Senado. A proposta prevê reajuste anual do piso salarial e redução da jornada de trabalho para enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem e parteiras. Segundo entidades da categoria, as mudanças podem impactar cerca de 3 milhões de profissionais no país.

A PEC, de autoria da senadora Eliziane Gama (PSD-MA), estabelece jornada máxima de 30 horas semanais e reajuste anual do piso com correção mínima pela inflação do ano anterior. O texto foi aprovado em abril pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, com emenda do relator Fabiano Contarato (PT-ES), que definiu jornada de 36 horas semanais como referência para ampliar a viabilidade da proposta.

Atualmente, o piso nacional da enfermagem, criado pela Lei 14.434/2022, está vinculado a uma carga horária de 44 horas semanais. Com isso, profissionais que trabalham menos horas recebem valores proporcionais. Representantes da categoria afirmam que o modelo mantém jornadas exaustivas e dificulta a valorização salarial.

Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal (Coren-DF), Elissandro Noronha afirma que a redução da jornada é necessária para preser-

var a saúde física e mental dos trabalhadores e melhorar a segurança no atendimento à população. Ele também defende o reajuste anual para evitar perdas salariais e insegurança jurídica.

Quase quatro anos após a criação do piso, a implementação ainda enfrenta dificuldades. Segundo o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), mais de 11 mil reclamações sobre o pagamento foram registradas em 2025, incluindo valores inferiores ao piso, descontos considerados irregulares e atrasos.

A regulamentação do piso também gerou disputas judiciais. Em 2022, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.222 levou o STF a suspender temporariamente a norma. Depois, a Emenda Constitucional 127/2022 garantiu fontes de custeio para o pagamento, enquanto a Lei 14.581/2023 autorizou repasses federais para estados e municípios.

Em julho de 2023, o ministro Luís Roberto Barroso autorizou a aplicação do piso no setor público, condicionando a medida ao repasse de recursos federais e às negociações coletivas no setor privado.

Entidades afirmam que os principais entraves continuam concentrados no setor privado e filantrópico. Segundo representantes da enfermagem, a interpretação de que o piso integra a remuneração global reduz os ganhos efetivos da categoria ao incorporar adicionais e gratificações ao cálculo salarial.